

# BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 13 – Maio/2018



## Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

## Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

## Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

## Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

### Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto

### Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

### Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

### Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

### Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

---

## Boletim de Finanças Públicas – Nº 13 – Maio/2018

### DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

### Autor(es):

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

Cláudio André Gondim Nogueira (Diretor da DIGEP)

José Freire Junior (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

---

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

**Valores:** Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

**Visão:** Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -  
Cambeba | Cep: 60.822-325 |  
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521  
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

## Sobre o BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

A Série **Boletim de Finanças Públicas**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), apresenta de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é bimestral, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado. Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim é dividido em quatro blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo as notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas e, finalmente, o quarto às despesas e investimentos.

---

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE  
2018

Boletim de Finanças Públicas / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2018.

ISSN: 2594-8695

---

## SUMÁRIO

1. Sumário Executivo, 3
2. Notas Metodológicas, 6
3. Receitas Correntes, 7
4. Despesas Correntes e de Investimentos, 13

## 1. Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam (Tabela 1), a Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses, de junho de 2017 a maio de 2018, foi aproximadamente igual a R\$ 18,6 bilhões, com uma variação de -1,33%, em termos reais, em relação ao período imediatamente anterior. Entretanto, se as receitas excepcionais registradas no final de 2016<sup>1</sup> fossem descontadas teria ocorrido, na verdade, uma elevação de 4,9% na RCL do Ceará nos últimos doze meses.

**Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais<sup>(1)</sup>, valores acumulados em doze meses (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

| Discriminação  | Jun/2016 a<br>Mai/2017 | Jun/2017 a<br>Mai/2018 | Δ%           |
|--|------------------------|------------------------|--------------|
| <b>Receita Corrente Líquida</b>  | <b>18.826.589</b>      | <b>18.576.604</b>      | <b>-1,33</b> |
| ICMS   | 9.340.903              | 10.133.096             | 8,48         |
| FPE  | 5.537.549              | 5.207.646              | -5,96        |
| IPVA   | 693.748                | 785.509                | 13,23        |
| <b>Despesa Correntes Líquidas das<br/>Transferências Constitucionais</b> | <b>15.919.045</b>      | <b>16.322.763</b>      | <b>2,54</b>  |
| Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>(2)</sup>                           | 7.787.920              | 7.673.521              | -1,47        |
| Despesa com pessoal ativo  | 6.221.246              | 6.413.460              | 3,09         |
| Despesa com pessoal inativo e<br>pensionistas                            | 2.078.614              | 2.196.187              | 5,66         |
| (-) Inativos com Recursos Vinculados                                     | 868.679                | 1.407.836              | 62,07        |
| Despesas com Terceirizações  | 1.526.229              | 1.543.810              | 1,15         |
| Juros e Amortizações   | 1.307.355              | 1.562.921              | 19,55        |
| <b>Investimentos</b>   | <b>2.096.780</b>       | <b>2.681.551</b>       | <b>27,89</b> |

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

<sup>(1)</sup> Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

<sup>(2)</sup> A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

Por outro lado, constatou-se que as despesas correntes (líquidas das transferências constitucionais) do Governo do Estado subiram 2,54%, quando comparado aos doze meses anteriores. Apesar dessa variação ter sido superior à da RCL, as despesas correntes são significativamente menores que as receitas, o que é um fator positivo. Mas, por outro lado, deve-se ter um cuidado especial no monitoramento das despesas para evitar um crescimento muito desproporcional das mesmas, uma vez que o Ceará (assim como o Brasil) está inserido em um lento processo de recuperação da forte

<sup>1</sup> No caso, durante os meses de novembro e dezembro de 2016, houve uma considerável elevação não-recorrente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), em virtude da entrada de recursos da repatriação, e, também, um aumento significativo de arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). É importante salientar que esses valores acabaram contribuindo significativamente para o resultado apresentado na Tabela 1, pois, elevaram a base de comparação.

recessão apresentada em 2015 e 2016, o que eleva as pressões da sociedade para o aumento dos gastos e dos investimentos e, também, pode ter um impacto negativo sobre o crescimento das receitas, desacelerando-o.

De forma mais específica, quanto às receitas correntes do estado, três fatos chamam a atenção. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do Refis em junho e julho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso de impostos com o ICMS e o IPVA. O segundo fato é o comportamento dos repasses do FPE que, no período de junho a outubro de 2017 e em janeiro e fevereiro de 2018, foram superiores aos verificados doze meses antes, mas que no geral apresentaram uma redução significativa de 5,96% entre junho de 2017 e maio de 2018<sup>2</sup>. Por fim, o terceiro fato, foi o significativo incremento da arrecadação com o IPVA. Quanto a isto, tem-se que, além de uma elevação das alíquotas (que entrou em vigor em 2017), destaca-se que a arrecadação desse imposto pode ter crescido, também, como decorrência da maior venda de veículos, como indicam os dados recentes referentes ao comércio varejista ampliado do IBGE.

Já no que refere ao comportamento das despesas correntes (líquidas das transferências constitucionais) destaca-se o crescimento da despesa com pessoal inativo e pensionistas, que foi superior ao da despesa com pessoal ativo, além da significativa elevação do pagamento de inativos com recursos vinculados, que se refere aos pagamentos de aposentadorias com recursos oriundos das contribuições previdenciárias, que aumentou 62,07% nos últimos 12 meses.

Destaca-se ainda o relevante crescimento dos investimentos do Governo do Estado no período de junho de 2017 a maio de 2018, com variação de 27,89% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores. No caso, esses investimentos são muito importantes para alavancar o crescimento econômico do estado e para induzir os investimentos privados em um período de lenta recuperação econômica.

Agora, considerando-se o comportamento acumulado do ano (ver a Tabela 2) constata-se um incremento de 4,17% da RCL estadual. Entretanto, as principais fontes de financiamento do Estado, ICMS, IPVA e FPE, cresceram mais do que a RCL. Dessa forma, pode-se supor que as demais receitas estaduais cresceram bem menos do que essas três fontes. Esse fato deverá ser mais bem analisado em um estudo específico para esse fim.

---

<sup>2</sup> Mais uma vez, as receitas não-recorrentes registradas no final de 2016 distorcem a base de comparação.

**Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

| Discriminação  | Acumulado no Ano |                  | Δ%           |
|--|------------------|------------------|--------------|
|  | Até Mai/2017     | Até Mai/2018     |              |
| <b>Receita Corrente Líquida</b>                                      | <b>7.490.896</b> | <b>7.803.018</b> | <b>4,17</b>  |
| ICMS   | 3.748.720        | 4.022.323        | 7,30         |
| FPE  | 2.312.104        | 2.423.179        | 4,80         |
| IPVA   | 591.724          | 617.312          | 4,32         |
| <b>Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais</b> | <b>5.860.040</b> | <b>6.186.149</b> | <b>5,56</b>  |
| Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>(2)</sup>                       | 2.933.132        | 2.922.022        | -0,38        |
| Despesa com pessoal ativo  | 2.382.477        | 2.524.481        | 5,96         |
| Despesa com pessoal inativo e pensionistas                           | 817.646          | 862.469          | 5,48         |
| (-) Inativos com Recursos Vinculados                                 | 386.575          | 627.951          | 62,44        |
| Despesas com Terceirizações  | 511.030          | 516.191          | 1,01         |
| Juros e Amortizações   | 517.746          | 602.737          | 16,42        |
| <b>Investimentos</b>   | <b>576.522</b>   | <b>763.314</b>   | <b>32,40</b> |

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

<sup>(1)</sup> Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

<sup>(2)</sup> A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

No que se refere às despesas correntes, no acumulado de 2018, de acordo com a Tabela 2, chama atenção o fato da despesa com pessoal ativo ter crescido 5,96%. Entretanto, constata-se que a Despesa Total com Pessoal, apesar do crescimento das despesas com ativos e inativos, decresceu 0,38% no acumulado do ano. Esse decréscimo é justificado pelo incremento de 62,44% no pagamento de inativos com recursos vinculados. Sugere-se uma maior investigação sobre esse comportamento excepcional.

Já no que se refere aos investimentos, considerando o acumulado até maio de 2018, verificou-se um crescimento real de 32,40% em relação ao mesmo período de 2017, indicando que mesmo em período marcado por uma recuperação relativamente lenta da economia, o Governo do Estado tem conseguido elevar os seus investimentos. Como foi argumentado antes, esse é um movimento relevante tanto para estimular o crescimento econômico como, também, para induzir as inversões privadas.

## 2. Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

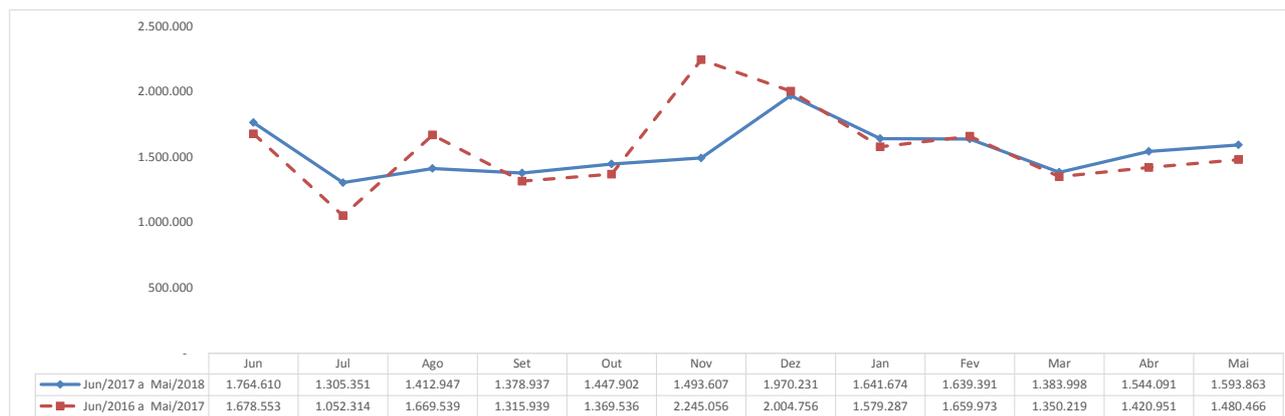
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

### 3. Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de junho de 2017 a maio de 2018, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, nos doze meses anteriores.

**Figura 1: Receita Corrente Líquida de Junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

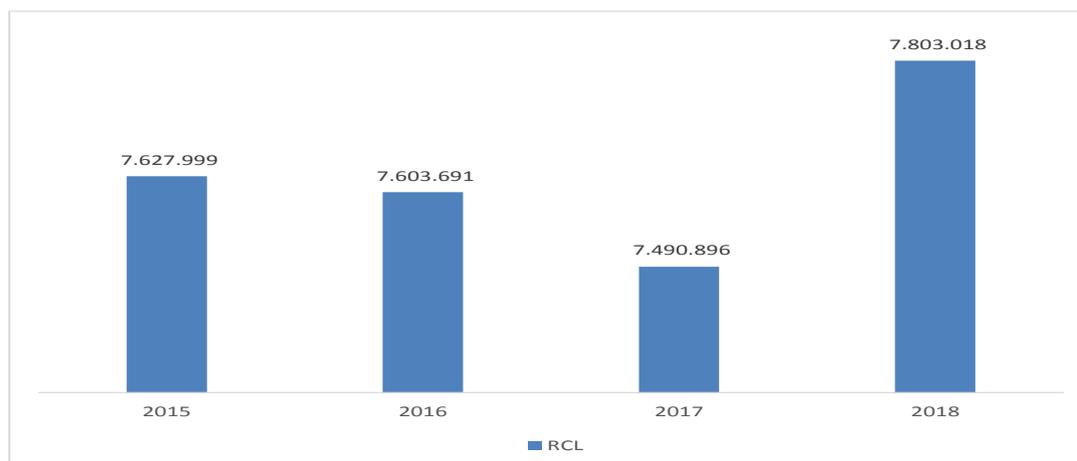


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Das trajetórias da RCL, apresentadas na figura acima, observa-se que a RCL correspondente ao período de junho de 2017 a maio de 2018, somou-se R\$ 18,6 bilhões, contra R\$ 18,8 bilhões do período anterior, isto é, houve uma queda real de 1,33% da RCL entre os dois períodos. Cabe destaque, os resultados alcançados pelas receitas extraordinárias, no final de 2016, que contribuíram para essa queda, pois, elevaram de forma atípica a base de comparação. Vale salientar que essas receitas foram oriundas dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) dos recursos arrecadados pela União com a repatriação de recursos (mais de R\$ 576 milhões) e da arrecadação de mais de R\$ 540 milhões com ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos) nos últimos dois meses do ano.

É interessante observar que o valor da RCL, em dezembro de 2017, foi pouco inferior ao verificado um ano antes. Esse resultado torna-se expressivo dado que no referido mês não houve aporte de receitas extraordinárias, a exemplo do corrido um ano antes. Ademais, observa-se que, em quatro meses, dos primeiros cinco de 2018, a RCL foi superior, em termos reais, à verificada um ano antes.

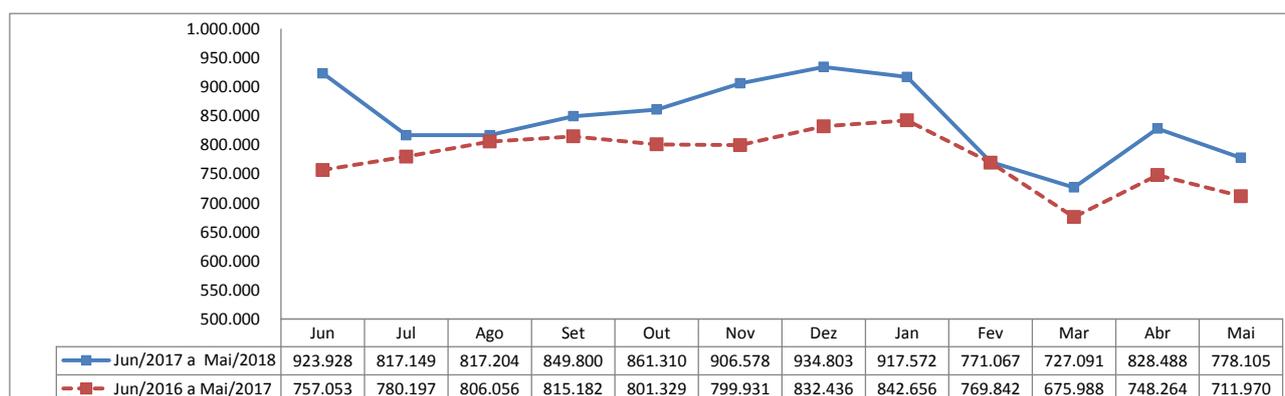
Os valores da receita corrente líquida dos últimos quatro anos até maio, apresentados na figura abaixo, mostra que em 2018 essas receitas estão superiores às verificadas nos três anos anteriores, indicando que as medidas fiscais tomadas em 2016, que passaram a vigorar em 2017, acompanhada da recuperação da economia cearense, contribuíram para a recuperação das receitas fiscais do estado.

**Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de maio de cada ano.

A arrecadação do ICMS constitui-se na principal fonte de receita corrente do estado do Ceará, em que se observa, de acordo com a Figura 3, que nos últimos onze meses entre junho de 2017 e maio de 2018, superaram as receitas do mesmo imposto nos doze meses anteriores, portanto, tem-se um crescimento real de 8,4% quando se comparam os dois períodos. Podem-se mencionar três fatos que explicam esse crescimento das receitas do ICMS, sendo o primeiro o lançamento de um novo programa de refinanciamento (REFIS) de dívidas tributárias entre os meses de junho e julho de 2017.

**Figura 3: Arrecadação de ICMS de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

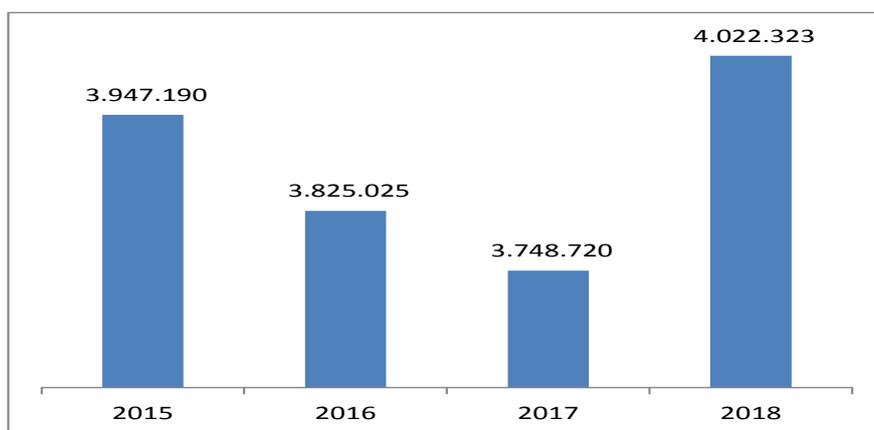
Um segundo fato foi a majoração da alíquota modal<sup>3</sup> de ICMS de 17% para 18%, ocorrida no mês de abril de 2017, que deve ter contribuído para a elevação da arrecadação desse imposto (testes estatísticos mais apurados devem ser realizados para mensurar esse impacto). Por fim, o terceiro

<sup>3</sup> Essa alíquota não engloba combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, ver Lei nº 16.177/2016.

fator a contribuir para a elevação da arrecadação estadual foi o início do processo de recuperação da economia cearense.

Comparando-se a arrecadação de ICMS dos últimos quatro anos, nos cinco primeiros meses do ano, constata-se o significativo incremento da arrecadação de ICMS em 2018, comparativamente aos anos anteriores, como pode ser observado na Figura 4. Como mencionado anteriormente, a recuperação da economia estadual, iniciada no segundo trimestre de 2017, e a majoração da alíquota de ICMS combinadas contribuíram para recuperar a arrecadação de ICMS.

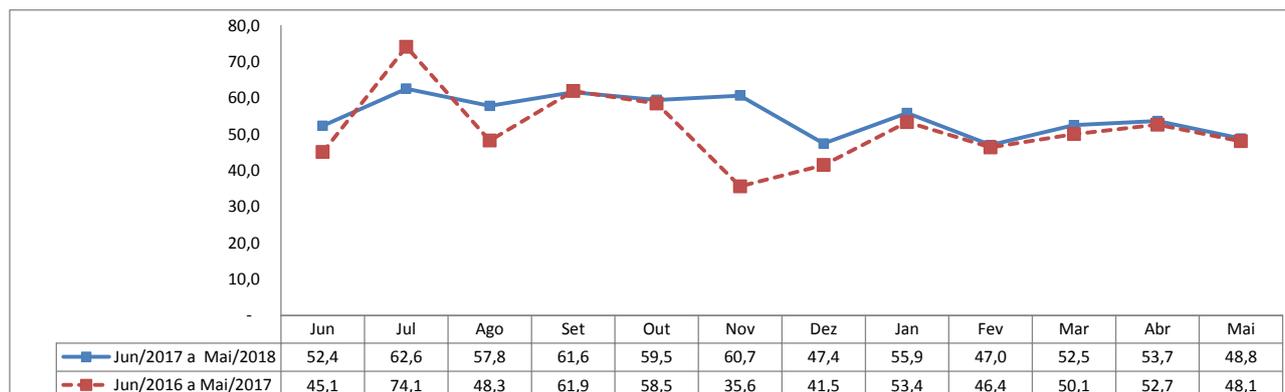
**Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

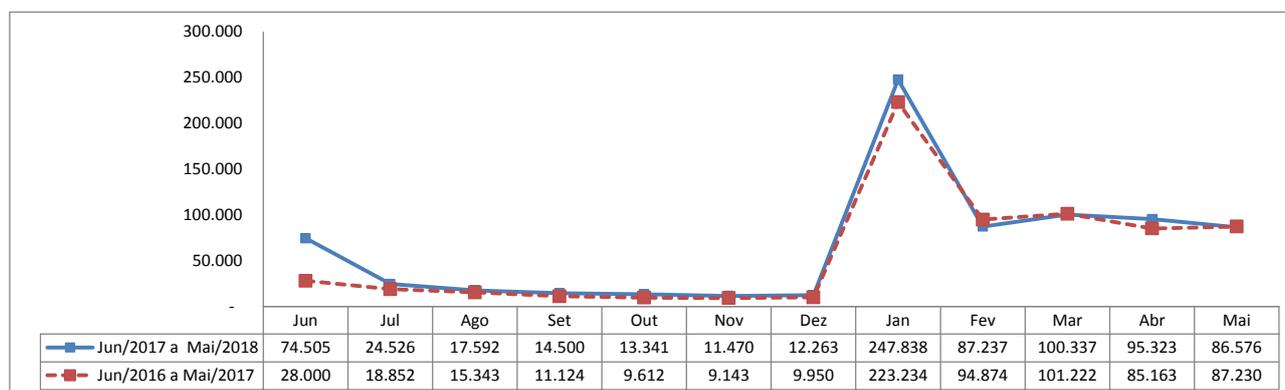
O Indicador de Independência Fiscal, apresentado na Figura 5, mede o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas, no qual quanto mais próximo de 100%, melhor. Pode ser obtido através da arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL.

Na Figura abaixo é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal de junho de 2017 a maio de 2018 e, também, nos doze meses anteriores. Comparando os resultados obtidos durante os doze meses em análise em comparação ao período imediatamente anterior pode-se constatar uma maior independência fiscal principalmente nos meses de junho, agosto, novembro e dezembro. E ainda, no ano de 2017, a partir do mês de julho os resultados estão próximos a 60%. Vale registrar ainda que, em dez./2017, houve uma considerável redução no indicador em relação ao mês anterior, mas se manteve acima do valor registrado em dez./2016. Ademais, nos cinco primeiros meses de 2018 também apresentam uma menor dependência quanto ao verificado doze meses antes.

**Figura 5: Independência Fiscal de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (%)**

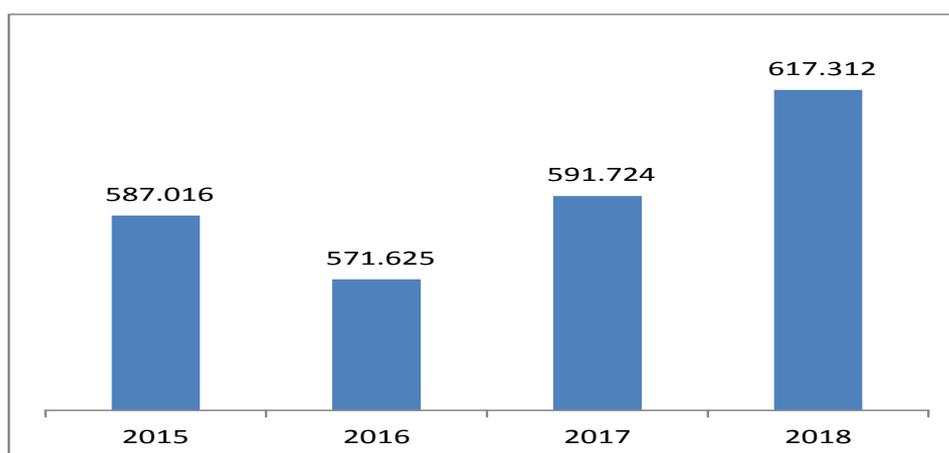
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Em relação ao comportamento da arrecadação do IPVA relativo ao período de junho de 2017 a maio de 2018, constata-se um crescimento, em termos reais, da ordem de 13,23%, quando comparado ao período anterior, ou seja, um incremento de R\$ 91,7 milhões (a preços de maio de 2018) entre os dois períodos. Destaque para o mês de janeiro de 2018 que arrecadou 11,02% a mais que o mesmo período do ano anterior. Já nos meses de fevereiro, março e maio de 2018, os valores foram menores, em termos reais, que nos mesmos meses do ano anterior, o que sugere uma maior adesão ao pagamento da cota única do IPVA no ano de 2018 (Figura 6).

**Figura 6: Arrecadação de IPVA de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

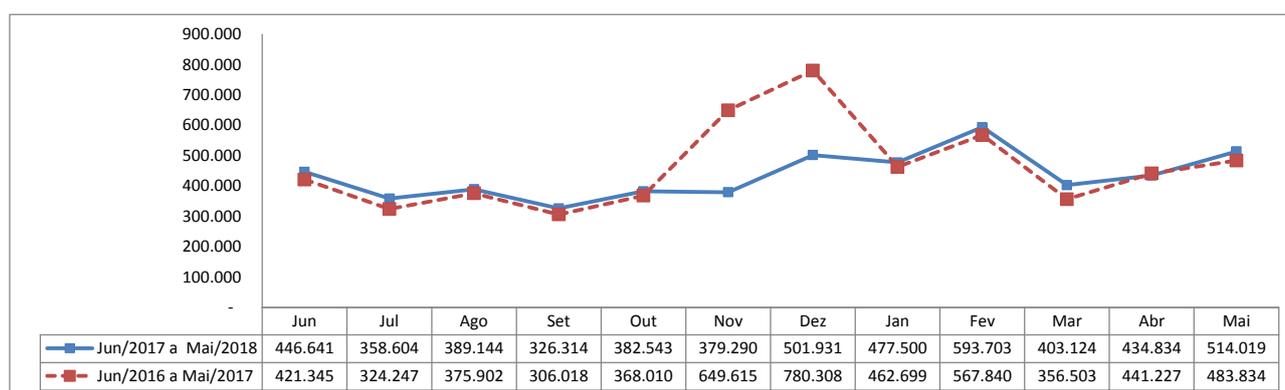
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho dos últimos quatro anos, nos cinco primeiros meses do ano, conforme a Figura 7, observa-se que a arrecadação de IPVA, em 2018, é a maior registrada. Possíveis explicações para esse incremento podem estar relacionadas ao pagamento da cota única desse imposto no mês de janeiro, ao uma elevação das alíquotas e a maior venda de veículos.

**Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

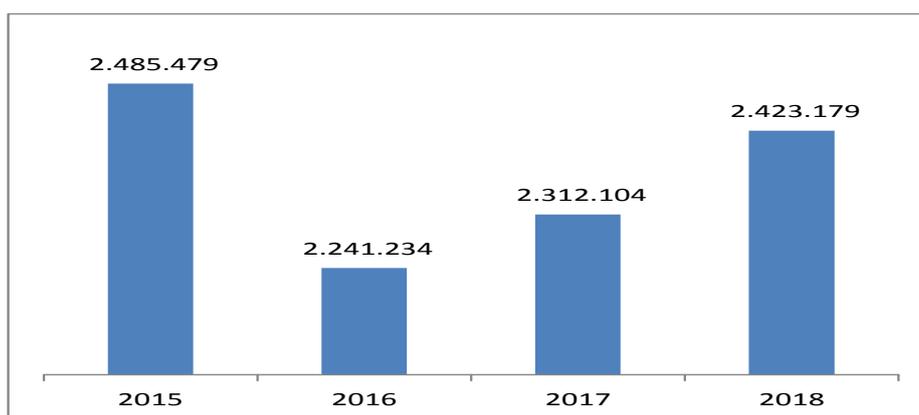
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Para o estado do Ceará, os recursos transferidos pela União por meio do Fundo de Participação dos Estados constitui-se na sua segunda maior fonte de receita corrente, que é composta por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Observa-se na Figura 8, que os valores transferidos entre junho de 2017 e maio de 2018, exceto pelos meses de novembro e dezembro de 2017 e abril de 2018, são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Considerando-se que nos meses de novembro e dezembro de 2016 houve um significativo incremento dos repasses causados pela repatriação de recursos, pode-se constatar que, de uma forma geral, os repasses dos últimos doze meses foram maiores que os do período anterior, sendo isso uma possível decorrência da retomada da atividade econômica brasileira.

**Figura 8: Receitas transferidas do FPE de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

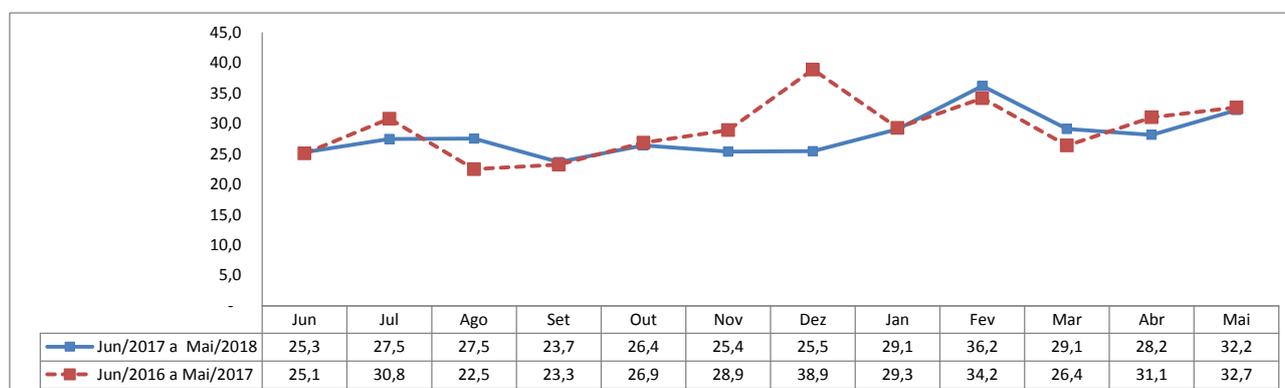
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o comportamento das transferências do FPE nos cinco primeiros meses dos últimos quatro anos, conforme a Figura 9, observa-se um crescimento de R\$ 111,1 milhões (ou de 4,80% em termos reais) entre 2017 e 2018, mas que o acumulado neste último ano até maio ainda é R\$ 62,3 milhões menor que o de 2015 (a preços de mai./2018).

**Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, obtém-se o indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas. Na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal de junho de 2017 a maio de 2018, assim como nos doze meses anteriores. Comparando seus resultados, verifica-se que a dependência fiscal do Ceará oscila em torno de 30%. Especificamente, em maio de 2018, o referido indicador foi igual a 32,2%, um pouco inferior ao do mesmo mês de 2017.

**Figura 10: Dependência Fiscal de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (%)**

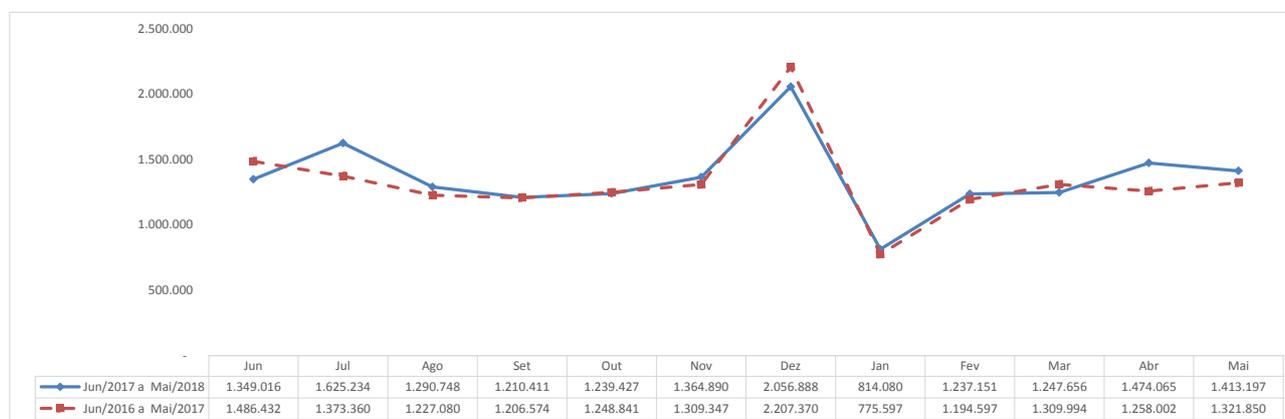
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Dado o exposto anteriormente, observa-se que as receitas do Governo do Estado, nos últimos doze meses, foram positivamente influenciadas pela recuperação da economia estadual e nacional, pela majoração das alíquotas do IPVA e do ICMS e pelo lançamento do REFIS. Observou-se, também, que, em 2016, receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro contribuíram para um significativo incremento das receitas correntes do estado.

#### 4. Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará. Na Figura 11, apresenta-se o comportamento das principais despesas correntes relacionadas ao período de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior. Como se pode observar, na referida figura, que do período dos últimos doze meses até maio de 2018, as despesas corrente superaram em oito meses as despesas correntes do período compreendido entre junho de 2016 e maio de 2017, isto é, elas cresceram 2,54% em relação ao período anterior, representando um acréscimo de R\$ 403,7 milhões (a preços de mai./2018).

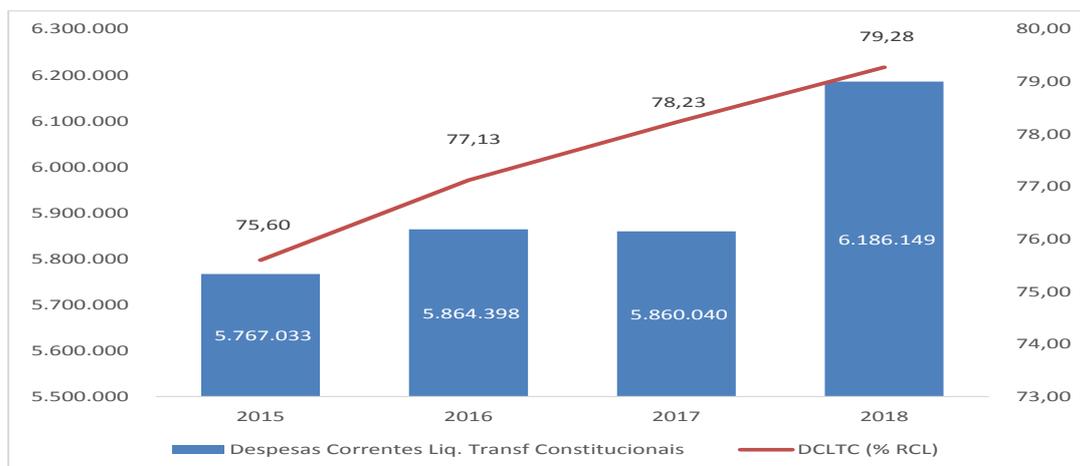
**Figura 11: Despesa Corrente Líquida das Transferências Constitucionais de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A Figura 12 apresenta as despesas correntes líquidas das transferências constitucionais dos cinco primeiros meses acumuladas dos últimos quatro anos, onde se observa um crescimento de 5,5% entre 2017 e 2018, mas se a comparação retroagir ao ano de 2015, o crescimento real das despesas foi bem maior, representando 7,3%. Com base na Figura abaixo, constata-se que as despesas correntes líquidas de transferências constitucionais do estado comprometeram, até maio de 2018, 79,3% de sua RCL.

**Figura 12: Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 13. No caso, essas despesas totalizaram, no período de junho de 2017 a maio de 2018, R\$ 7,6 bilhões (a preços de mai./2018), valor 1,47% inferior ao observado no período anterior, ficando praticamente estável nesses dois anos.

**Figura 13: Despesa Total com Pessoal de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

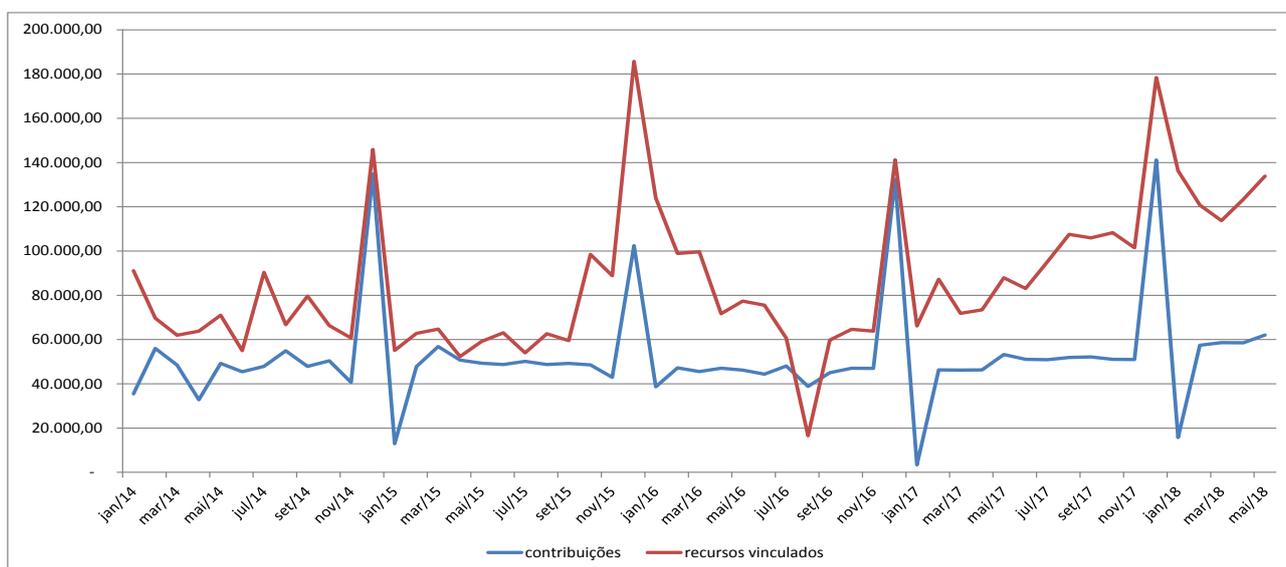
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 41,3% da RCL, valor inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 41,4% da RCL<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

Um fator a ser destacado, que contribuiu de forma significativa para que a despesa com pessoal ficasse abaixo do limite de alerta, foi o crescimento do valor de pagamentos de inativos com recursos vinculados. Destaque-se que esse valor é deduzido da despesa de pessoal, dado que se refere, principalmente, a pagamento de aposentadorias com recursos oriundos das contribuições previdenciárias. Nesse sentido, conforme apresentado na Figura 14, constata-se que entre março e maio de 2017 o pagamento de inativos com recursos vinculados passou a ter um comportamento distinto do observado com as receitas de contribuições. Nesse sentido, ao comparar-se o período de junho de 2017 a maio de 2018 com o período anterior, constata-se que o pagamento de inativos com recursos vinculados cresceu 62,07%. Assim, recomendam-se maiores investigações para que se possa explicar esse fenômeno.

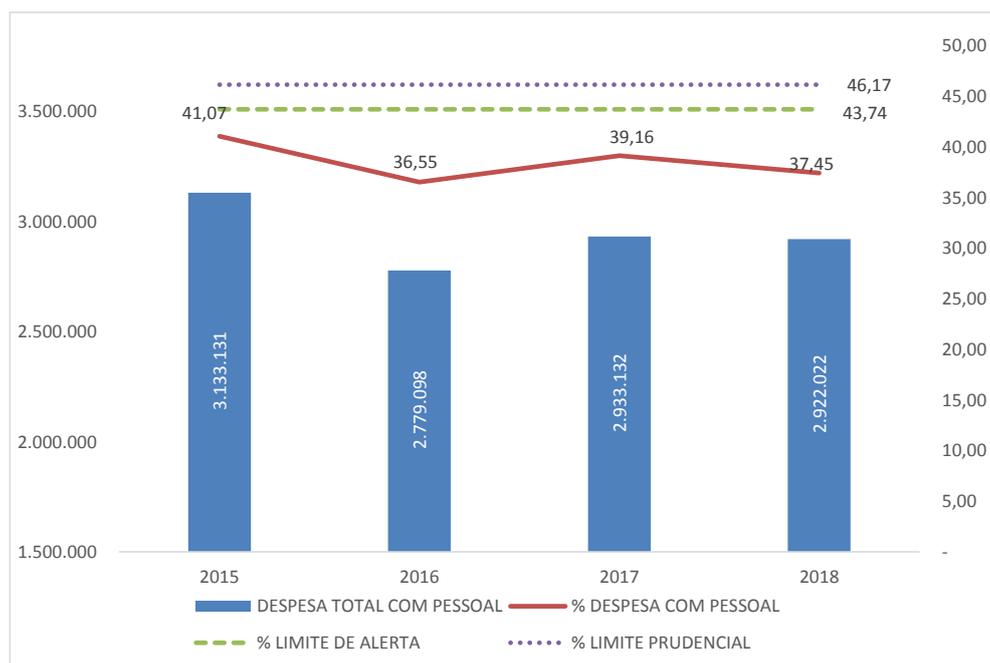
**Figura 14: Pagamento de Inativos com Recursos Vinculados e Receitas de Contribuições (R\$ 1.000 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Só foram consideradas as contribuições dos empregados.

A Figura 15 apresenta as despesas com pessoal acumulada até maio dos últimos quatro anos, em que elas apresentaram-se, em termos reais, em um nível levemente inferior em relação às verificadas em 2015. Ou seja, elas estão 6,74% abaixo daquelas observadas em 2015.

**Figura 15: Despesa com Pessoal acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

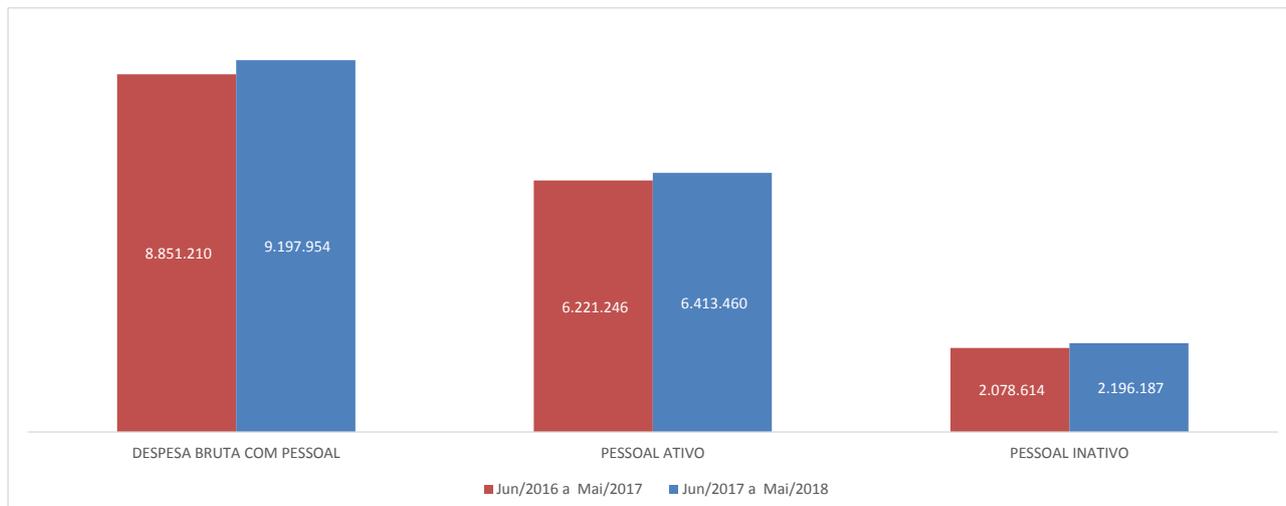
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Cabe salientar que parte dessa redução da despesa total com pessoal pode ser atribuída à majoração da alíquota previdenciária do estado que, em 2018, passou a ser de 13%, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 159/2016. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente à RCL, constata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF, devendo-se ressaltar, mais uma vez, que o crescimento dos pagamentos de inativos com recursos vinculados (62,44%) tem contribuído, de forma significativa, para o cumprimento desses limites.

Deve-se observar ainda em relação à despesa com pessoal que seus dois principais componentes são as despesas com pessoal ativo e inativo em que ambas apresentaram crescimento. A despesa com pessoal ativo apresentou um incremento, entre junho de 2017 e maio de 2018, de 3,09%, enquanto as despesas com pessoal inativo cresceram 5,66% em relação ao idêntico período do ano anterior (Figura 16).

**Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**

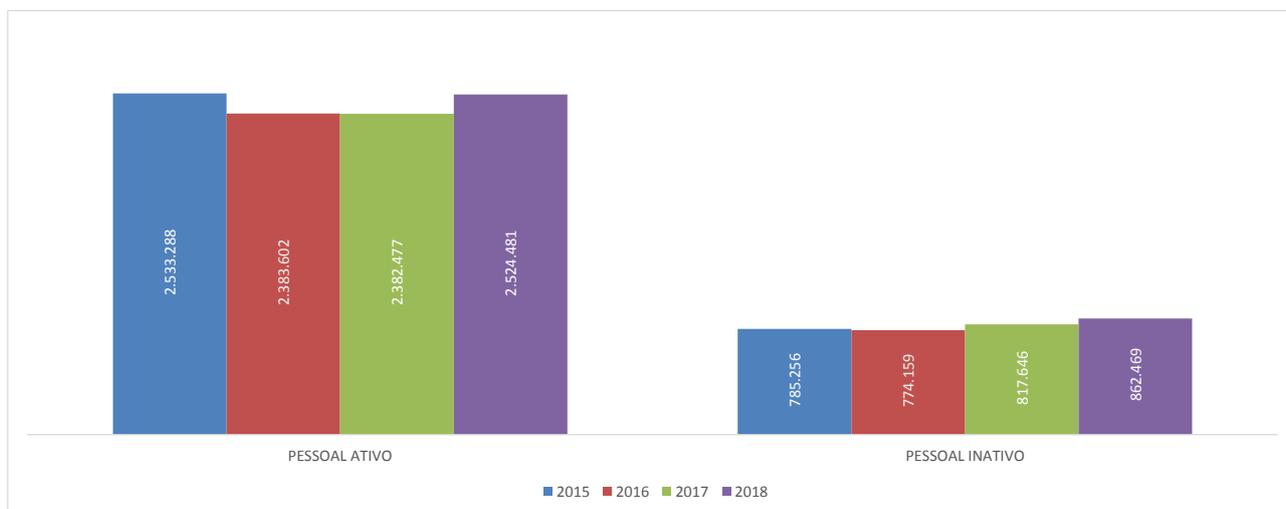


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O gasto com pessoal ativo em 2018, levando-se em contas as despesas acumuladas até maio dos últimos quatro anos, está em nível similar ao observado em 2015 (0,3% inferior), revertendo uma tendência de queda verificada nos anos de 2016 e 2017. Já a despesa com pessoal inativo cresceu 9,8%, quando comparado com o acumulado até maio, em 2018, em relação a 2015 (ver a Figura 17).

Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo, torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

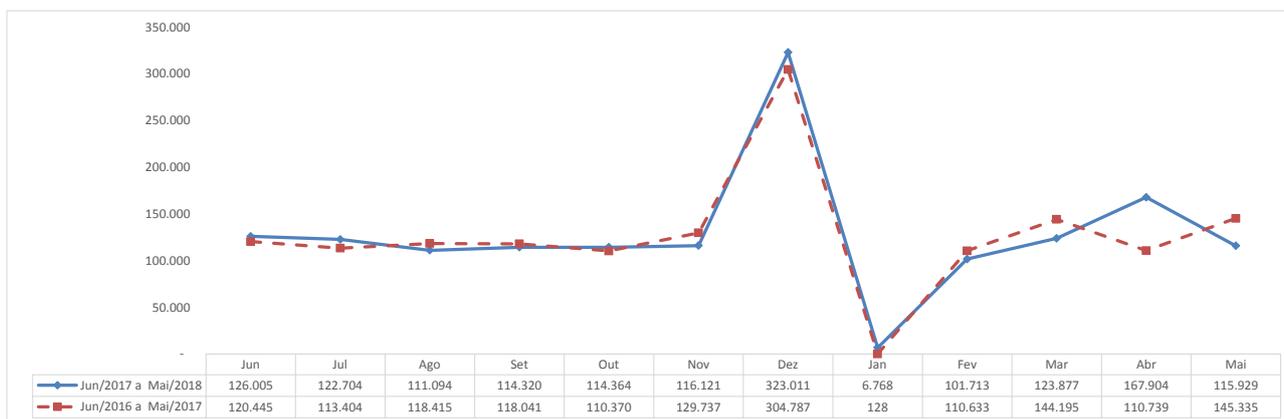
**Figura 17: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A Figura 18 trata de outra importante despesa corrente do Governo do Estado do Ceará que é a locação de mão de obra onde no período de junho de 2017 a maio de 2018, alcançou a cifra de R\$ 1,54 bilhão, valor 1,15% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse montante equivale a 8,3% da RCL do período.

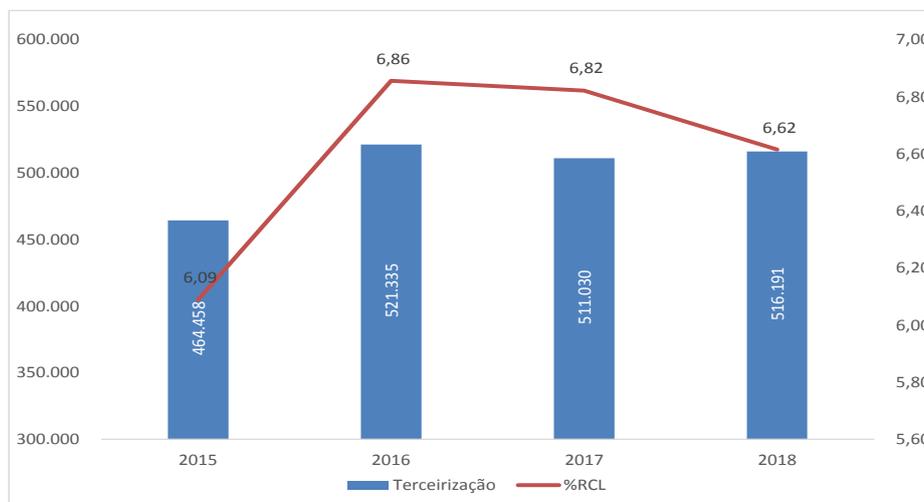
**Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços de junho de 2017 e maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Relativamente ao acumulado no ano até o mês de maio, constata-se que os gastos com terceirização, em 2018, estão superiores aos do ano anterior, comprometendo 6,62% da RCL (ver a Figura 19). E nos quatro anos de 2015 a 2018, somente em 2016 é que as despesas com locação de mão de obra superaram 2018. Já se for considerada a razão com a RCL, em 2016 e em 2017 verificaram-se valores maiores que os de 2018.

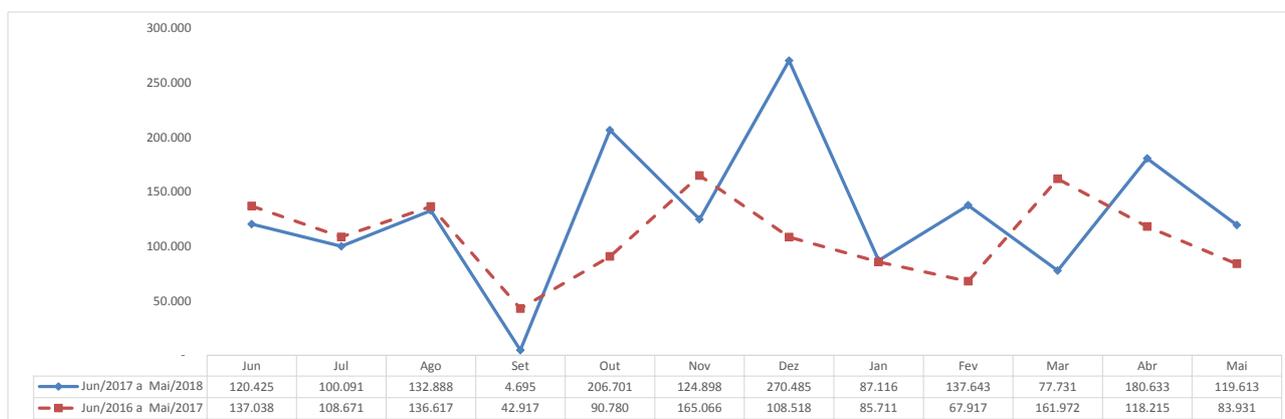
**Figura 19: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, de junho de 2017 a maio de 2018, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,56 bilhão (a preços de maio de 2018), o que representou 8,4% da RCL do período. Esse montante foi 19,55% superior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,31 bilhão, comprometendo 6,9% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL. Observa-se na Figura 20, que nos meses de outubro e dezembro de 2017, fevereiro, abril e maio de 2018 os pagamentos de juros e amortizações foram significativamente superiores aos meses similares do período imediatamente anterior.

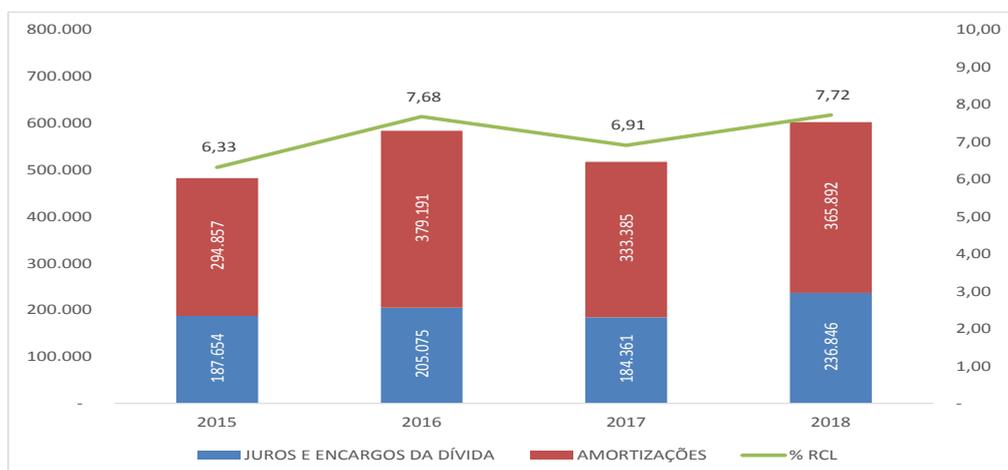
**Figura 20: Despesas com Juros e Amortizações de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado do ano de 2018 até maio, constata-se, como pode ser visto na Figura 21, que a despesa com pagamento de juros e amortizações apresentou valor superior ao dos anos anteriores. Nesse sentido foram pagos, aproximadamente, R\$ 602 milhões, em 2018, representando 7,72% da RCL.

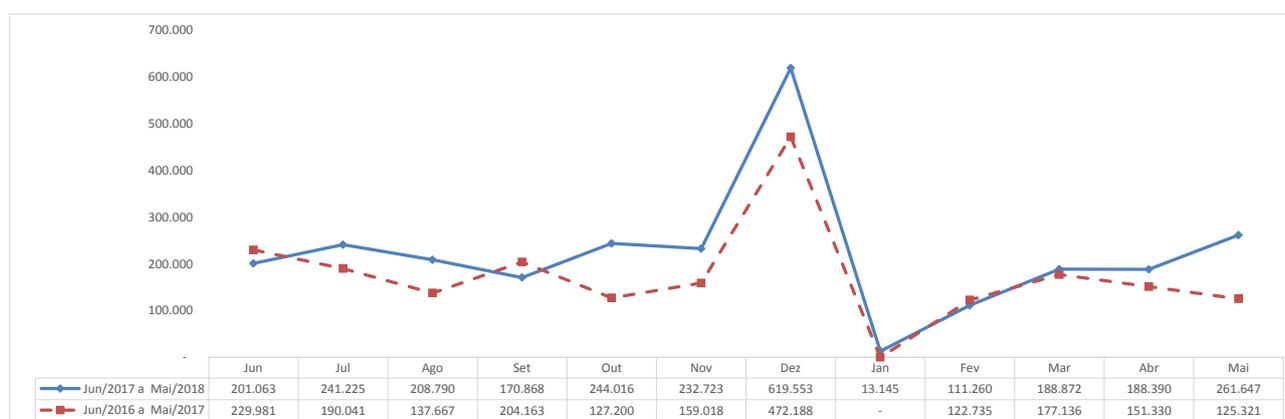
**Figura 21: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 22. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos, do período de junho de 2017 a maio de 2018, foram superiores em aproximadamente R\$ 584 milhões, ou 27,89% a mais, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior. Destaca-se que os últimos três meses de 2017 os investimentos foram 44,5% maiores que os verificados nesses mesmos meses do ano anterior. Ademais, nos meses de abril e maio de 2018, verificou-se uma elevação real de 62,6% em relação ao mesmo bimestre de 2017.

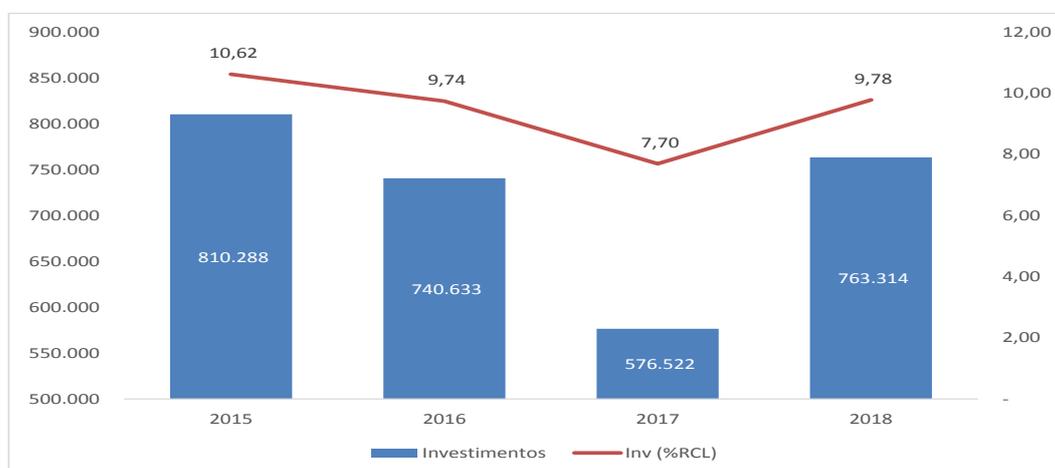
**Figura 22: Investimentos de junho de 2017 a maio de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos cinco primeiros meses dos quatro últimos anos, conforme a Figura 23, observa-se que os investimentos do estado do Ceará em 2018 estão em um nível inferior aos de 2015, mas são 32,40% maiores que os de 2017. Constata-se, ainda, que as despesas com investimentos, em 2018, representaram 9,78% da RCL acumulada no ano até maio.

**Figura 23: Investimentos acumulados até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Dado o contexto de recuperação lenta das economias do Brasil e do Ceará, esse resultado é importante, pois, os investimentos públicos são essenciais tanto para estimular diretamente o crescimento econômico como, também, para induzir as inversões privadas.